



FILIFE CARDOSO DE JESUS

**O INCONSCIENTE COLETIVO E O FASCISMO: PERSPECTIVAS DA
PSICOLOGIA ANALÍTICA**

ILHÉUS/BA

2024

FILIPPE CARDOSO DE JESUS

**O INCONSCIENTE COLETIVO E O FASCISMO: PERSPECTIVAS DA
PSICOLOGIA ANALÍTICA**

Trabalho apresentado à disciplina
TCC II do Curso de Psicologia da
Faculdade de Ilhéus, como requisito
de aprovação.

Orientador: Prof.Me Lahiri Lourenço
Argollo

ILHÉUS/BA

2024

**O INCONSCIENTE COLETIVO E O FASCISMO: PERSPECTIVAS DA
PSICOLOGIA ANALÍTICA**

FILIPE CARDOSO DE JESUS

Aprovada em: 11/06/2024

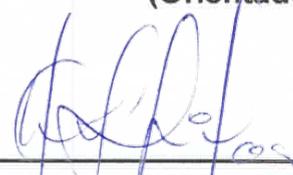
BANCA EXAMINADORA



Profª Me. Lahiri Argollo

Faculdade de Ilhéus – CESUPI

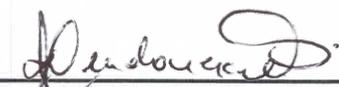
(Orientador)



Profª. Murillo César da Silva Silva

Faculdade de Ilhéus – CESUPI

(Examinadora I)



Profª. Alba Mendonça Alves

Faculdade de Ilhéus – CESUPI

(Examinadora II)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de expressar minha imensa gratidão aos meus pais, que foram meu alicerce durante toda a graduação. Sem vocês, esse trabalho certamente não seria possível. Obrigado por acreditarem em mim, mesmo nas vezes em que eu duvidei.

Gratidão ao professor Me. Lahiri Argollo, por ter me apresentado ao universo da psicologia analítica, e pela orientação para lapidar uma ideia sem muita forma, até transformá-la neste trabalho acadêmico.

Um agradecimento especial aos meus colegas de turma, que foram verdadeiros parceiros nessa jornada, incentivando-me nos momentos de dúvida e, acima de tudo, aguentando meus discursos intermináveis sobre o tema do meu trabalho.

E por fim, mas não menos importantes, agradeço as minhas duas gatas, Jujuba e Alaska, que foram minha companhia silenciosa, deitadas na mesa ao meu lado durante cada sessão de escrita.

O INCONSCIENTE COLETIVO E O FASCISMO: PERSPECTIVAS DA PSICOLOGIA ANALÍTICA

Filipe Cardoso de Jesus

Lahiri Lourenço Argollo

RESUMO

Este trabalho analisa os processos arquetípicos relacionados ao surgimento e à propagação de fenômenos fascistas ao longo da história. O objetivo principal é investigar como a análise arquetípica pode revelar aspectos psicológicos latentes no surgimento e na disseminação do fascismo, utilizando a perspectiva da psicologia analítica. A pesquisa adota um delineamento bibliográfico com abordagem qualitativa e natureza descritiva, realizando um levantamento de artigos científicos na base de dados Scielo, publicados nos últimos cinco anos, disponíveis integralmente em português ou inglês. A pesquisa busca elucidar de que maneira a análise arquetípica revela aspectos psicológicos latentes ao surgimento e propagação de fenômenos fascistas ao longo da história, de acordo com a perspectiva da psicologia analítica. Assim, espera-se que este trabalho contribua com uma visão analítica e arquetípica para o entendimento das origens psicológicas dos fenômenos fascistas, ressaltando a importância de compreender esses padrões arquetípicos para evitar a repetição inconsciente em contextos políticos contemporâneos.

Palavras-chave: Arquétipo. Psicologia política. Psicologia do autoritarismo.

THE COLLECTIVE UNCONSCIOUS AND FASCISM: PERSPECTIVES FROM ANALYTICAL PSYCHOLOGY

Filipe Cardoso de Jesus

Lahiri Lourenço Argollo

ABSTRACT

This paper analyzes the archetypal processes related to the emergence and spread of fascist phenomena throughout history. The main objective is to investigate how archetypal analysis can reveal latent psychological aspects in the rise and dissemination of fascism, using the perspective of analytical psychology. The research adopts a bibliographic design with a qualitative approach and descriptive nature, conducting a survey of scientific articles in the Scielo database, published in the last five years, fully available in Portuguese or English. The research aims to elucidate how archetypal analysis reveals latent psychological aspects in the emergence and propagation of fascist phenomena throughout history, according to the perspective of analytical psychology. Thus, it is expected that this work will contribute an analytical and archetypal view to the understanding of the psychological origins of fascist phenomena, highlighting the importance of understanding these archetypal patterns to avoid their unconscious repetition in contemporary political contexts.

Keywords: Archetype. Political psychology. Psychology of authoritarianism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	8
2.1 O conceito junguiano de arquétipo.....	8
2.2 Fascismo	9
3. O ARQUÉTIPO DO HERÓI E SUA TRANSFORMAÇÃO EM TIRANO	11
4 A PSICOLOGIA ARQUETÍPICA DO FASCISMO.....	13
4.1 O arquétipo do tirano no fascismo europeu.....	13
4.2 A sombra coletiva como meio de domínio de massas.....	14
4.3 Os mitos nacionais e a psique coletiva	15
5 CONTRIBUIÇÕES ANALÍTICAS NO RECONHECIMENTO E NA PREVENÇÃO AO FASCISMO CONTEMPORÂNEO	17
5.1 A ameaça do retorno tirânico na contemporaneidade	17
5.2 Prevenção analítica ao neofascismo.....	19
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
7 REFERÊNCIAS	21

INTRODUÇÃO

A ideia de um inconsciente coletivo, proposta por Carl G. Jung, traz uma nova ótica para se observar fenômenos sociais e históricos, esclarecendo a repetição de eventos tão semelhantes ao longo da história que aparentam denotar tendências intrinsecamente humanas. Jung descreve o inconsciente coletivo como uma dimensão da psique que transcende a experiência pessoal, contendo memórias e impulsos compartilhados por toda a humanidade. Esse conceito é crucial para compreender como certos padrões de comportamento, simbolizados pelos arquétipos, emergem repetidamente em diferentes contextos históricos (JUNG, 2011a).

Nesta ótica analítica, ao explorar o fascismo como um sistema que vai além do controle político, observando as percepções, valores e identidades das pessoas, independentemente da época ou localidade, percebe-se que existem aspectos psicológicos por trás das ações dos líderes e das populações apoiadoras e resistentes nesses contextos autoritários. O fascismo italiano, liderado por Benito Mussolini, e o nazismo alemão, sob a liderança de Adolf Hitler, são exemplos históricos de regimes que mobilizaram o inconsciente coletivo de suas sociedades, se utilizando de forças arquetípicas para consolidar poder e justificar ações opressivas (PAXTON, 2007; KERSHAW, 2010).

A ideia deste trabalho surge com o estudo desses fenômenos históricos, juntamente com a observação de movimentos políticos contemporâneos que flertam com ideias fascistas. Exemplos na Europa moderna e eventos como a tentativa de golpe civil-militar de 8 de janeiro de 2023 em Brasília, demonstram a utilização de mecanismos semelhantes aos dos regimes autoritários do século XX para dominar as massas (BULL, 2012; NEIVA, 2023). Compreender de forma psicológica esses processos se mostra um passo importante para a superação desse tipo de regime político.

Este estudo adota uma metodologia bibliográfica descritiva e exploratória, focando na análise de livros e de artigos científicos publicados nos últimos cinco anos. A base de dados Scielo foi utilizada como principal fonte de pesquisa, selecionando materiais disponíveis integralmente em português ou inglês. A seleção dos materiais envolveu uma leitura exploratória inicial dos títulos e objetivos para avaliar a relevância, seguida de uma leitura completa dos artigos filtrados e uma análise

detalhada para organizar as informações e identificar tópicos relacionados aos objetivos desta revisão.

No universo pesquisado, encontraram-se vinte e cinco artigos relacionados à psicologia analítica e processos políticos, entretanto, nenhum deles aborda diretamente uma análise arquetípica dos regimes fascistas. Dessa forma, a discussão sobre este tema segue aberta a novas incursões e contribuições do meio acadêmico.

Assim, espera-se que este trabalho contribua com uma visão analítica e arquetípica para o entendimento das origens psicológicas dos fenômenos fascistas, ressaltando a importância de compreender esses padrões arquetípicos para evitar a repetição inconsciente em contextos políticos contemporâneos. A análise dos arquétipos, como proposto por Jung, revelará a dinâmica psíquica que subjaz ao surgimento e à propagação do fascismo, oferecendo uma perspectiva crítica essencial para a prevenção de novos regimes autoritários.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O conceito junguiano de arquétipo

Jung (2011a) introduz o termo inconsciente coletivo para descrever uma dimensão da psique que transcende a experiência pessoal, contendo memórias e impulsos compartilhados por toda a humanidade. Distinto do inconsciente pessoal, que é alimentado por experiências e repressões individuais, o inconsciente coletivo é universal e inato, uma herança psíquica comum.

Os arquétipos são os componentes estruturais do inconsciente coletivo, formas psíquicas ou imagens primordiais que se manifestam em sonhos, mitologias, religiões e contos populares ao longo do tempo e das culturas. Eles emergem espontaneamente na psique, moldando comportamentos, crenças e símbolos culturais. Jung (2011a) descreve arquétipos como "tipos arcaicos" ou "imagens primordiais", existentes desde os tempos mais remotos, universais e idênticos em todos os seres humanos. Para ele, inconsciente coletivo e arquétipos são conceitos indissociáveis. Mais que estruturas, os arquétipos são o próprio inconsciente coletivo.

Ao longo da elaboração de Jung (2011a), pode-se perceber que os arquétipos são em quantidade incontável, proporcional as experiências humanas ao longo das eras. Contudo, alguns deles emergem com mais proeminência no transcurso da

história humana, desempenhando papéis centrais no psiquismo. Tais arquétipos, incluindo a Mãe, o Herói, o Velho Sábio, e as estruturas arquetípicas como a Sombra e o par Anima/Animus, manifestam-se de formas variadas, refletindo os temas universais e as preocupações fundamentais da condição humana. Estes padrões recorrentes fornecem um mapa simbólico para a análise das experiências essenciais da humanidade, que se repetem em um mesmo padrão, muito antes do surgimento das primeiras sociedades até o presente.

Estruturas do psiquismo humano são também arquetípicas, como por exemplo, a sombra. Definida por Edinger (1969) como “a parte da personalidade que foi reprimida em benefício do ego ideal”, reflete os aspectos reprimidos, negados ou ignorados pelo indivíduo ou pela sociedade como um todo. Este arquétipo em um âmbito coletivo encapsula os valores, ideias e comportamentos que uma cultura ou grupo social exclui do seu ideal de identidade comum, projetando-os frequentemente sobre "outros" considerados estranhos ou adversários. A projeção da sombra coletiva pode levar a conflitos, discriminação e hostilidade contra aqueles considerados fora do círculo de identidade comum, mascarando a verdadeira fonte dos problemas internos de uma sociedade (Jung, 2011c).

Ademais, é importante destacar a natureza mutável dos arquétipos. Contrariamente à percepção de que são elementos rígidos e imutáveis, os arquétipos funcionam mais adequadamente como recipientes flexíveis, moldando e sendo moldados pelas experiências e necessidades culturais vigentes. Dentro desse entendimento, os arquétipos são capazes de adaptar-se e evoluir, complexificando-se e refletindo as mudanças na dinâmica sociocultural e histórica (Jung, 2011a).

Os arquétipos, são fundamentais para a compreensão das vivências pessoais como vivências da humanidade, agindo como uma ponte entre o psíquico individual e o universal. Eles moldam a experiência subjetiva e formam a base para as expressões culturais compartilhadas através da história. A partir deste conceito, é possível desvendar os padrões subjacentes que governam tanto os processos internos quanto as manifestações externas da psique humana, contribuindo para um melhor entendimento de fenômenos políticos e sociais que marcam a história, tais como o fascismo.

2.2 Fascismo

O termo "fascismo" origina-se do movimento político liderado por Benito Mussolini na Itália do pós-Primeira Guerra Mundial, caracterizado por um regime autoritário, nacionalista e totalitário. Este período foi marcado por uma instabilidade econômica e social generalizada, onde o fascismo emergiu como uma resposta à ascensão do comunismo soviético, percebido como ameaça, e ao descontentamento com as democracias liberais, que pareciam incapazes de lidar com as crises econômicas da época. Mussolini e o Partido Fascista chegaram ao poder em 1922, prometendo restaurar a glória da Itália e implementar uma economia dirigida para combater a desordem social e econômica. O fascismo italiano enfatizava a importância do Estado e a subordinação do indivíduo ao interesse coletivo, rejeitando tanto a democracia liberal quanto o socialismo (Paxton, 2007).

Paralelamente, na Alemanha, o nazifascismo liderado por Adolf Hitler, que chegou ao poder em 1933, foi alimentado por circunstâncias socioeconômicas turbulentas exacerbadas pela Grande Depressão e pelas humilhações impostas pelo Tratado de Versalhes. Hitler aproveitou o descontentamento popular, promovendo uma ideologia que combinava nacionalismo extremo, racismo — especialmente antissemitismo — e um Estado totalitário que controlava todos os aspectos da vida alemã. A promessa do regime nazista de restaurar a dignidade nacional, alcançar a autossuficiência econômica e expandir territorialmente para prover espaço vital ("Lebensraum") para o povo alemão, ressoou em uma população desesperada por mudanças (Kershaw, 2010). A ascensão do fascismo na Europa foi, portanto, profundamente enraizada nas crises econômicas, no medo do comunismo e no ressentimento nacional, oferecendo soluções simplistas para problemas complexos, ao custo de liberdades civis e humanas.

O fascismo, conforme descrito por Stanley (2018), é um regime político que se apoia na promoção de uma identidade nacionalista unificada, contrastando grupos dominantes contra os considerados "outros", com o objetivo de consolidar o poder nas mãos de um líder ou partido autoritário. O autor identifica características centrais do fascismo, incluindo o culto ao passado mítico, a propaganda como ferramenta de manipulação, anti-intelectualismo, irrealidade, e a construção de hierarquias sociais e raciais.

A estratégia fascista de invocar um passado mítico serve para fortalecer a identidade nacionalista, criando uma narrativa de glória e pureza anteriormente corrompida pela modernidade, globalização ou grupos específicos. A propaganda, por

sua vez, é utilizada para distorcer a realidade, promovendo a desinformação e enfraquecendo a confiança nas instituições democráticas. Stanley (2018) também destaca como o fascismo se aproveita do anti-intelectualismo, descredenciando especialistas e acadêmicos, e promovendo uma desconfiança generalizada no conhecimento especializado.

Outro aspecto crucial do fascismo é a criação e manutenção de hierarquias sociais e raciais, justificadas através de narrativas de superioridade e direitos naturais. Esse processo de marginalização do “outro” desumaniza grupos específicos, justificando a violência e a opressão contra eles. Stanley aponta que, embora o fascismo possa variar em suas manifestações específicas, esses elementos são consistentemente presentes, funcionando como um mecanismo para consolidar o poder autoritário.

Foi esta ideologia que permitiu horrores como o holocausto judeu e diversos outros genocídios no período entre guerras do século XX. Apesar do enfraquecimento desta ideologia, evidenciado pelo colapso do Terceiro Reich alemão e a queda do regime fascista na Itália, a ideologia fascista ainda persiste em no imaginário e flertes com o autoritarismo ainda são presentes na política do século XXI. A análise a seguir busca discutir os motivos psicológicos desta repetição e continuidade, através da perspectiva analítica de Jung.

3. O ARQUÉTIPO DO HERÓI E SUA TRANSFORMAÇÃO EM TIRANO

Desde a antiguidade, a figura de um tirano tem sido uma constante, variando desde os despotismos orientais, passando pelas tiranias gregas, até chegar às formas modernas de totalitarismo e fascismo. O estudo destes fenômenos autoritários revela um padrão de centralização do poder de maneira opressora, que através de uma perspectiva analítica, indicará a repetição do arquétipo do Herói completamente dominado pelo aspecto sombrio, dando origem a tiranos e ditadores ao longo de toda história humana.

A transição para a Idade Média e o Renascimento marcou uma transformação na manifestação do poder autoritário, com o conceito do direito divino dos reis e o fortalecimento da Igreja Católica sobre estruturas de poder religioso e monárquico (Arruda, 1996). Essas instituições, embora proporcionassem ordem, também reprimiam a liberdade e o desenvolvimento individual, refletindo a sombra coletiva

onde o medo e a submissão permeavam a psique da população. Thomas Hobbes, em "O Leviatã", capturou a essência desse desejo por uma autoridade absoluta ao argumentar que, sem um poder soberano para impor ordem, a vida humana seria "solitária, pobre, sórdida, brutal e curta". Hobbes (2003) vislumbrava o estado como um monstro todo-poderoso (Leviatã) criado para proteger as pessoas de si mesmas, ecoando a necessidade arquetípica de segurança e ordem.

O século XX, com a ascensão do fascismo, nazismo e outros regimes totalitários, representa o ponto culminante na manifestação histórica deste padrão. A exploração da projeção da sombra sobre "o outro" justificou repressões e genocídios sob esses regimes. A popularidade de líderes como Hitler e Mussolini evidencia um padrão humano de venerar e escolher heróis, por vezes sombrios, para suprir a necessidade de ordem, segurança e identidade, mesmo isso acarretando a perda de liberdade.

Campbell (2005), ao discutir o monomito do herói, explora a dualidade intrínseca à essa figura, revelando como essa mesma força capaz de promover a redenção e a salvação pode, quando corrompida, manifestar-se como tirania opressiva, quando o "herói" eleito, ao invés de transcender o ego, permite-se ser consumido pelo poder absoluto. O autor argumenta que a corrupção do poder revela a sombra do arquétipo do herói, evidenciando a tênue linha entre a liderança virtuosa e o domínio totalitário. Este aspecto do herói, que se desvia para o tirano, personifica o lado sombrio da autoridade, onde a busca inicial por ordem e proteção se degenera em uma sedução pelo controle absoluto e pela opressão.

Evidenciando na prática as ideias de Campbell, Jung (2011c), analisa em sua obra o ressurgimento do mito germânico de Wotan como uma figura arquetípica que simboliza a energia frenética e irracional que se apoderou da Alemanha nazista, oferecendo uma visão profunda dos mecanismos psicológicos por trás do fascismo. Ao invocar Wotan, uma divindade associada à guerra e à fúria, Jung descreve como a sociedade alemã, em um momento de vulnerabilidade e desespero, sucumbiu ao apelo de um arquétipo que prometia renovação e triunfo, mas que, na verdade, encaminhava-a para a destruição e a tirania. O ressurgimento desta força arquetípica serve como um exemplo clássico do arquétipo do Herói corrompido pela sombra, cuja jornada não é marcada pela redenção, mas pelo exercício do poder de maneira destrutiva e autoritária.

O arquétipo do tirano, em suma, representa a manifestação sombria do

arquétipo do Herói. É caracterizado por uma sedução pelo poder absoluto e pela capacidade de manipular, dominar e controlar os outros sem escrúpulos ou empatia. O tirano personifica o lado mais obscuro da autoridade, onde a busca por segurança e ordem se converte em repressão e crueldade. Esta dinâmica é frequentemente acompanhada por uma idealização por parte de seus seguidores, que veem no tirano uma figura quase mítica capaz de resolver seus medos e frustrações através de uma liderança forte, porém destrutiva. Ao contextualizar historicamente e definir essa força arquetípica, são evidenciados os motivos psíquicos que causam essas repetições de regimes autoritários e suas consequências devastadoras para a sociedade.

4 A PSICOLOGIA ARQUETÍPICA DO FASCISMO

4.1 O arquétipo do tirano no fascismo europeu

A Alemanha no período entre guerras estava enfraquecida. Os alemães ansiavam por uma resposta que os tirassem daquela situação de crise (Kershaw, 2010). É em períodos de fragilidade que esta energia destrutiva pode ser canalizada por indivíduos em posições de poder para despertar e manipular emoções coletivas.

A invocação do arquétipo do tirano, neste contexto, atua como um catalisador para uma identidade coletiva adormecida, pronta para ser despertada e direcionada para propósitos específicos, muitas vezes obscuros. Esta capacidade de mobilizar o inconsciente coletivo, ilustra como o domínio da sombra coletiva de uma sociedade pode fazer massas concordarem e apoiarem a própria destruição iminente.

Jung (2011c) argumenta sobre a ascensão nazista:

[...] a maré de primitividade, violência, em suma, a expressão de todos os poderes obscuros que havia crescido após a Primeira Guerra Mundial, anunciava-se nos sonhos individuais na forma de símbolos coletivos e mitológicos. No momento em que esses símbolos aparecem num grande número de indivíduos e não são assimilados, eles começam a unir com força magnética os indivíduos isolados. Assim tem origem uma massa. Rapidamente surgirá o líder no coração daquele que possui a menor força de resistência, a menor consciência de responsabilidade e que, devido à sua inferioridade, demonstrar a mais forte vontade de poder.

De acordo com Jung (2011c), o ressurgimento do mito germânico de Wotan na Alemanha nazista, descreve como essa energia arquetípica frenética e irracional, personificada em Hitler, seduziu a nação. Esse líder, elevado ao status de herói

messiânico, exemplifica a transformação do arquétipo do herói em uma força sombria que catalisa a tirania.

O tirano surge em contextos onde a ansiedade coletiva, o medo e a necessidade de ordem clamam por um salvador. Este "salvador", entretanto, ao invés de guiar a sociedade para a iluminação e o progresso, leva-a para uma era de repressão. A tirania se alimenta dessa sombra do herói, canalizando a veneração e a esperança depositadas nele para legitimar o controle autoritário e a supressão das liberdades. É um fenômeno evidenciado na ascensão de líderes carismáticos que, sob o véu da promessa heroica, implementam regimes de opressão. A exploração do medo e da sombra coletiva, projetando inseguranças e frustrações em minorias ou em inimigos externos, é uma tática recorrente que reforça a posição do tirano no poder (Jung, 2011c).

A manifestação desses arquétipos em grande escala, devido a todo caos político e econômico, criou um terreno fértil para a formação de uma massa unida por desejos e medos compartilhados, configurando o cenário ideal para o surgimento do tirano, personificados em Hitler, Mussolini, e outros líderes fascistas: Não a partir da força, mas da fraqueza, não da consciência, mas da falta dela. O tirano, então, não é um salvador no sentido tradicional, mas um reflexo distorcido da psique coletiva, uma personificação das sombras não reconhecidas que clamam por expressão, que através da falta de consciência, dirige sociedades inteiras à destruição.

4.2 A sombra coletiva como meio de domínio de massas

A noção de "sombra" desempenha um papel significativo na maneira como percebe-se os outros, especialmente aqueles considerados estranhos ou diferentes. Esse fenômeno arquetípico frequentemente projeta a figura do "outro" como uma ameaça potencial ou uma fonte de desconfiança. Essa tendência é reforçada pelo impulso arquetípico de identificar um bode expiatório, ou seja, alguém a quem culpar e sobre quem projetar falhas e medos, com o intuito de encontrar uma justificativa ou absolvição para problemas internos. Essa projeção resulta em uma experiência de culpabilização que invariavelmente se fixa nos outros, ilustrando uma evasão da responsabilidade pessoal e um mecanismo de defesa contra o reconhecimento de falhas próprias (Edinger, 1996).

É perceptível que movimentos fascistas e autoritários se valem de aspectos

reprimidos, negados ou não reconhecidos pela sociedade para solidificar seu poder. Neste contexto, a sombra coletiva se manifesta através do medo, do preconceito, da xenofobia e do desejo de homogeneidade. Jung (2011a) explora a ideia de que a negação da sombra leva a uma projeção desta sobre os outros. No fascismo, essa dinâmica se torna uma ferramenta poderosa, onde os líderes exploram essas sombras coletivas, projetando-as em grupos identificados como inimigos externos ou internos da nação, como minorias étnicas, políticas ou culturais. Esta projeção desvia a atenção das falhas internas do próprio grupo ou regime.

A instrumentalização da sombra coletiva cria um terreno fértil para o domínio ideológico, onde o fascismo se apresenta como o redentor capaz de proteger a nação dessas ameaças projetadas. Esta narrativa explora sentimentos de medo e insegurança, amplificando a necessidade de um controle mais rígido e da supressão de liberdades em nome da segurança e da unidade nacional. O processo de identificar os problemas no “outro” externo, fortalece a identidade coletiva do grupo no poder, ao mesmo tempo que justifica a marginalização, a repressão e até a eliminação de grupos designados como os portadores da sombra.

A instrumentalização da sombra coletiva pode ser claramente observada no regime nazista de Adolf Hitler, onde o antissemitismo se tornou uma ferramenta central para unir a população alemã contra um inimigo comum, os judeus, que foram demonizados e culpados por todas as adversidades enfrentadas pelo país, apresentando esse grupo como traidores e inimigos da nação (Stanley, 2018). Esse exemplo demonstra como a projeção de aspectos sombrios da psique coletiva em grupos minoritários ou opositores políticos foi essencial para a manutenção e fortalecimento dos regimes fascistas, desviando a atenção das falhas internas e justificando ações repressivas e autoritárias.

Além disso, o fascismo e movimentos autoritários frequentemente empregam simbolismos e rituais que ressoam com aspectos inconscientes, reforçando sua mensagem e apelo ideológico (Jung, 1964). Ao se vestirem com a aura do mítico e do sagrado, esses regimes potencializam seu controle sobre a psique coletiva, manipulando a sombra para criar um inimigo comum e um propósito unificador.

4.3 Os mitos nacionais e a psique coletiva

A função dos mitos em sociedades e culturas é profundamente enraizada na

psicologia humana, servindo como um veículo para expressar verdades universais e experiências coletivas através de símbolos e narrativas (Jung, 2011a). Regimes fascistas frequentemente constroem um mito nacional que se baseia na glorificação de características supostamente puras e originais da nação. Este mito serve como um elemento de coesão, um chamado para o retorno a uma era dourada, geralmente imaginária ou distorcida. Através deste retorno simbólico, os líderes fascistas prometem restaurar a ordem e reviver grandezas passadas, apelando diretamente ao sentimento de orgulho e pertencimento nacional (Stanley,2018).

Primeiramente, os mitos nacionais conferem ao indivíduo um sentido de identidade e pertencimento. Neste contexto, o mito não é simplesmente uma história ou uma tradição, mas uma narrativa viva que define o papel e o lugar do indivíduo dentro da comunidade (Jung, 2011a). Ao internalizar o mito, o indivíduo sente-se parte de uma continuidade histórica e cultural, ligado aos seus compatriotas por laços sociais, políticos, e por um destino compartilhado. Este sentimento de conexão transcende as experiências pessoais e coloca o indivíduo como participante ativo em uma saga maior que seu próprio viver.

Os nazistas sabiam da capacidade de concentração da energia dos arquétipos através de ritos e apelos emocionais para mobilizar as massas. Utilizavam diversas versões de mitos teutônicos para arregimentar o povo para a sua causa. O partido nazista usava propagandas que retratavam Hitler como um heroico cruzado, um salvador nacional (Jung, 1964). Este uso dos mitos teutônicos fornecia uma narrativa poderosa que ressoava profundamente com o inconsciente coletivo alemão, criando uma identidade comum e justificando a luta contra os inimigos da nação. Essa estratégia consolidava o poder do regime nazista através da manipulação da psique coletiva, que fazia aquela população aceitar e participar das ações opressivas e genocidas perpetradas durante o período.

Além de fornecer um senso de identidade, os mitos nacionais moldam as aspirações e comportamentos do indivíduo ao estabelecer modelos de virtude e heroísmo que são venerados dentro da cultura. Esses modelos, frequentemente baseados em personagens idealizados, como um líder messiânico, servem como padrões aos quais os cidadãos são encorajados a aspirar. A imitação desses paradigmas pode guiar as escolhas pessoais, as carreiras profissionais e até mesmo as interações sociais, à medida que os indivíduos buscam emular as qualidades que são socialmente exaltadas (Stanley,2018).

No contexto do nazifascismo, esses mitos glorificavam a pureza racial e a supremacia nacional, fundamentos que eram propagados para consolidar a unidade interna e justificar a exclusão ou mesmo a eliminação de grupos considerados inferiores ou perigosos (Stanley, 2018). Mitos esses que, por impregnarem de tal maneira a psique coletiva das populações da Alemanha e da Itália, fizeram com que aqueles povos aceitassem e lutassem por uma causa que causaria a sua autodestruição.

De acordo com Jung (1964), os mitos são essenciais para a psique humana como meios de expressar inconscientemente o que não pode ser dito em linguagem cotidiana. Assim, ao infundir o mito nacional com arquétipos de heroísmo, pureza e renascimento, regimes fascistas definem a identidade e o propósito coletivo, e manipulam esses arquétipos para consolidar seu controle sobre a psique individual e coletiva. Este processo molda as percepções de realidade e moralidade, além de reforçar a dependência do indivíduo à narrativa estatal, fazendo com que a distinção entre o mito e a experiência vivida se torne cada vez mais difusa. A compreensão de Jung sobre a interação entre o mito e a psique fornece uma lente crítica através da qual podemos examinar como os símbolos e narrativas são empregados para fomentar a coerência social e a conformidade ideológica em regimes autoritários.

5 CONTRIBUIÇÕES ANALÍTICAS NO RECONHECIMENTO E NA PREVENÇÃO AO FASCISMO CONTEMPORÂNEO

5.1 A ameaça do retorno tirânico na contemporaneidade

Ao compreender o inconsciente coletivo como sujeito ativo, pode-se observar os ressurgimentos históricos de padrões psicológicos que moldam as experiências humanas, e o século XXI não está imune a essas dinâmicas. As crises econômicas, o medo da alteridade e as incertezas sociais tornam-se o solo fértil para o ressurgimento do tirano. A ascensão de líderes autoritários em várias partes do mundo hoje pode ser vista como uma tentativa de ressuscitar essa força arquetípica, onde a promessa de estabilidade e renovação nacionalista apela para uma massa desorientada e ansiosa por certezas.

De acordo com Bull (2012), em discussões sobre o fascismo moderno na Europa, novos tipos de partidos e movimentos de extrema-direita substituíram em

grande parte os grupos antigos fascistas, alcançando avanços significativos junto ao eleitorado em vários países. Em países da Europa Oriental, observa-se uma renovação da extrema-direita caracterizada por um ultranacionalismo étnico violento, que parece estar enraizado no fascismo do período entre guerras, ou ao menos mostra afinidades com essa ideologia.

Essa ameaça também é observável no Brasil. Neiva (2023) faz uma análise dos atos de 8 de janeiro de 2023 em Brasília, conhecidos como "Intentona Bolsonarista", que marcaram um episódio significativo de extremismo político no Brasil, onde milhares de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram e vandalizaram os prédios dos Três Poderes com a intenção de instigar um golpe militar e restabelecer Bolsonaro no poder.

A utilização de notícias falsas e desinformação nas redes sociais foi crucial para a radicalização dos seguidores de Bolsonaro, que foram incitados a rejeitar os resultados das eleições de 2022 e a desafiar as instituições democráticas brasileiras, justamente com um pretexto comum do fascismo: O retorno ao passado mítico. Este movimento, alimentado pela polarização e pelo ódio propagado digitalmente, culminou em um ataque coordenado que buscava subverter a ordem democrática instaurar uma ditadura militar (Neiva,2023).

Este fenômeno moderno de neofascismo e extremismo de direita reflete uma contínua batalha ideológica e uma resposta a diversas crises globais. Nos últimos anos, partidos de extrema-direita ganharam popularidade e poder em várias nações, catalisados por eventos como as crises econômicas e os movimentos migratórios em massa. Estes partidos frequentemente se alimentam do medo para consolidar seu apoio, empregando retóricas que enfatizam um nacionalismo agressivo e a rejeição do "outro" (Bull, 2012).

Neste contexto de incertezas e medos exacerbados, o arquétipo do tirano está à espreita, aguardando consciências tomadas pela angústia da falta de ordem para emergir no coletivo. Este padrão arquetípico simboliza a dominação e o controle, emergindo em tempos onde a insegurança dominam o cenário social. Ele encarna a figura do líder autoritário que promete ordem em troca de liberdade, explorando a ansiedade coletiva e canalizando-a para a consolidação de seu poder (Jung,2011c).

A emergência do neofascismo, portanto, deve ser compreendida para além de uma resposta política às crises contemporâneas, atuando como um fenômeno psicológico profundamente enraizado no inconsciente coletivo. Líderes que adotam

posturas neofascistas almejam uma população que abrace o tirano, despertando uma resposta arquetípica que pode levar a um ciclo vicioso de medo, opressão e ainda mais instabilidade.

O apelo desses líderes contemporâneos é extremamente similar aos ditadores do século passado: Se baseando na promessa de retornar a um suposto estado anterior de grandeza e ordem, enquanto simultaneamente elegem um bode expiatório como a fonte de todos os problemas atuais. Eles enfatizam um nacionalismo revolucionário, em contraste com versões mais "tranquilizadoras" e estatistas do fascismo, apelando para a ansiedade de eleitores em tempos de incerteza (Bull,2012). Essa estratégia fortalece suas posições de poder e divide as sociedades, exacerbando as tensões e distanciando as possibilidades de diálogo e entendimento mútuo.

Neste cenário contemporâneo, a perspectiva analítica demonstra, portanto, a necessidade de compreender as dimensões psicológicas que permitem que tais forças ganhem espaço, para evitar uma nova ascensão fascista.

5.2 Prevenção analítica ao neofascismo

A maior contribuição das ideias de Jung nesse contexto é o fato de que elas vão além da crítica, demonstrando um caminho para a cura. O entendimento dos arquétipos e as atuações inconscientes que operam nas crises contemporâneas, levará ao diálogo com essas energias psíquicas, buscando respostas, na expressão consciente e equilibrada, em vez da repressão.

A resistência ao neofascismo requer um coletivo de indivíduos conscientes da totalidade de si mesmo. Jung (2011e) enfatiza que a sombra pessoal e coletiva deve ser integrada, não reprimida. A projeção da sombra em inimigos, sejam eles minorias étnicas, imigrantes ou adversários políticos, é um combustível comum para a retórica fascista. Ao integrar a sombra, os indivíduos e sociedades podem diminuir o ódio e o medo que frequentemente conduzem ao extremismo.

O processo de integração da sombra envolve reconhecer e aceitar as partes de si mesmo que são rejeitadas ou desconhecidas. Em um contexto mais amplo, isso pode levar a uma sociedade que reconhece suas falhas e trabalha para corrigi-las, em vez de projetá-las em bodes expiatórios convenientes.

Porém, a integração dos elementos inconscientes é um processo profundo, que

envolve tanto a compreensão quanto o questionamento de valores morais. Poucos indivíduos terão os atributos necessários para trilhar esse caminho, e frequentemente, estes não se encontram entre os líderes políticos, que comumente agem guiados por aspectos sombrios (Jung, 2011c).

Por conta desse fator, não é plausível esperar do meio político tradicional a solução para o avanço do neofascismo. É preciso primariamente um trabalho individual, para que haja o movimento de mudança, do individualismo, para um olhar coletivo e fraterno.

Jung (2011b), destaca que a transformação individual, sem dúvidas, gera um impacto significativo no coletivo. A mudança na consciência de um número substancial de indivíduos pode alterar a psique coletiva de uma sociedade. Quando os indivíduos trabalham para integrar seus aspectos sombrios e desenvolvem uma consciência mais plena de suas motivações e emoções, eles contribuem para a criação de uma cultura mais equilibrada e menos propensa à violência e à discriminação. Esta transformação interna é um pré-requisito para a mudança social positiva, pois sociedades compostas por indivíduos mais conscientes são menos suscetíveis à manipulação por líderes tirânicos e mais capazes de resistir a impulsos autoritários.

Somente esse movimento de entendimento individual, para criar uma humanidade verdadeiramente cooperativa, pode evitar projeções coletivas que criam domínios arquetípicos brutais, que só são possíveis em sociedades demasiadamente inconscientes. Esta nova coletividade pode então regular-se e entender-se, criando respostas para qualquer energia arquetípica que ameace um domínio coletivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho explorou os processos arquetípicos relacionados ao surgimento e à propagação de fenômenos fascistas ao longo da história, trazendo uma visão analítica ao discutir os aspectos psicológicos latentes envolvidos nesses fenômenos. Através de uma abordagem qualitativa e descritiva, baseada em um delineamento bibliográfico, este estudo identificou uma necessidade de abordar de maneira integral a análise arquetípica dos regimes fascistas, devido à falta de artigos acadêmicos sobre o tema.

Os resultados desta pesquisa corroboram a ideia de que os arquétipos desempenham um papel crucial na mobilização do inconsciente coletivo das

sociedades, influenciando comportamentos e ideologias políticas. O fascismo italiano e o nazismo alemão são exemplos históricos que evidenciam como líderes autoritários utilizam arquétipos como o Tirano para consolidar seu poder e justificar ações opressivas. A exploração dessas forças arquetípicas revela padrões de comportamento que emergem em contextos de crise e vulnerabilidade social, facilitando a ascensão de regimes autoritários.

O estudo também destaca a relevância de reconhecer e integrar a sombra coletiva para prevenir a repetição inconsciente de tais fenômenos em contextos políticos contemporâneos. Eventos recentes, como os movimentos de extrema-direita na Europa e a tentativa de golpe civil-militar de 8 de janeiro de 2023 em Brasília, demonstram a persistência dessas dinâmicas arquetípicas no cenário atual. A integração da sombra, pode reduzir o ódio e o medo que alimentam o extremismo, promovendo uma sociedade mais consciente e equilibrada.

Em suma, este trabalho contribui para a compreensão das origens psicológicas dos fenômenos fascistas, oferecendo uma perspectiva crítica essencial para a prevenção de novos regimes autoritários. Somente através do movimento de entendimento individual e coletivo será possível evitar projeções arquetípicas que criam contextos propícios para a emergência de tiranias e autoritarismos.

7 REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de A. e PILETTI, Nelson. **Toda a História**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1996.

BULL, A. C. **Neo-fascism**. In: BOSWORTH, R. J. B. (ed.). *The oxford handbook of fascism*. New York: Oxford University Press, 2012. Doi: 10.1093/oxfordhb/9780199594788.013.0032.

CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. 10. ed. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 2005.
NEIVA, A. G. **Os coléricos atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jan-16/colericos-atos-antidemocraticos-dia-janeiro/>. Acesso em: 15 maio. 2024d.

HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JUNG, C. G., **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. In: *Obras Completas de C. G. Jung*, vol. IX/1. Petrópolis: Vozes, 2011a.

JUNG, C.G. **Civilização em transição**. In: Obras Completas, vol. 10/3. Petrópolis: Vozes, 2011b.

JUNG. C. G., **Aspectos do drama contemporâneo**. 10/2, Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011c.

JUNG. C. G. **O eu e o inconsciente**. In: Obras Completas de C. G. Jung, vol. VII/2. Petrópolis: Vozes, 2011d.

JUNG. C. G. **Psicologia do inconsciente**. In: Obras Completas de C. G. Jung, vol. VII/1. Petrópolis: Vozes, 2011e.

JUNG, Carl Gustav. **O Homem e Seus Símbolos**. RJ: Nova Fronteira, 1964

KERSHAW, Ian. **Hitler** São. Paulo: Companhia das Letras, 2010.

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

STANLEY, Jason. **Como funciona o Fascismo: a política do “nós” e. “eles”**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

WHITMONT, EDWARD C. **A Busca do Símbolo – Conceitos Básicos de Psicologia Analítica**. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 1969.